

**Marianna Ferreira  
Jorge**

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0002-2896-5598>

Universidade Federal  
Fluminense

**Paula Sibilia**

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0002-0480-9240>

Universidade Federal  
Fluminense

**O mal-estar da conexão  
espasmódica: da obediência  
à dependência?\***

**The malaise of the spasmodic  
connection: from obedience  
to dependency?**

**El malestar de la conexión  
espasmódica: ¿De la  
obediencia a  
la dependencia?**

---

\* Este artigo é uma versão editada, revista e atualizada do paper “O vício da conexão como um mal-estar do século XXI: da repressão pela lei ao livre estímulo ilimitado”, apresentado, em 2019, no GT Comunicação e Sociabilidade da Compós, e, posteriormente, publicado em inglês, em acesso fechado, no periódico International Journal of Psychoanalysis, com o título “The Online “Addiction” as a Malaise of the 21st Century: From repression by the law to -free- unlimited stimulation”.

## RESUMO

O uso “viciante” das tecnologias digitais de comunicação e informação é examinado, neste artigo, à luz da noção de “mal-estar” apresentada por Sigmund Freud em 1930. Recorrendo à perspectiva genealógica, considera-se que as transformações históricas ocorridas nas últimas décadas afetaram fortemente a configuração das subjetividades e os modos de sofrer, distanciando-se da civilização moderna que motivou as reflexões freudianas. Os sujeitos contemporâneos já não se reconhecem como aqueles cidadãos disciplinados da sociedade industrial, que em nome do “bem comum” aceitavam a submissão a uma autoridade internalizada, moral e legalmente consensuada, à qual era preciso obedecer reprimindo outros impulsos. Por isso, a inquietação que suscita a crescente dependência da conexão às redes informáticas, um ato individual e voluntário embora difícil de se (auto) controlar, constitui um caso exemplar para estudar essas importantes mudanças.

**Palavras-chave:** Subjetividade; internet; vício; limites; genealogia.

## ABSTRACT

The «addictive» use of the communication and information digital technologies is examined in this article, under the lens of the concept of «civilization malaise», as theorized by Sigmund Freud in the 1930's. As we turn to a genealogical perspective to investigate this matter, it is considered that in the last couple of decades a great historical transformation has occurred, which affected the way subjectivity is configured and also the ways in which suffering is experienced, making evident its distance from the modern era that motivated the Freudian observations. The contemporary subjects no longer identify with the highly disciplined citizens of the industrial society, whom, in the name of the «common good», accepted submission and an internalized, moralistic, and law-abiding authority that they felt the need to obey while repressing other impulses. Therefore, the restlessness that provokes the growing dependency to connecting to digital networks, a voluntary act although difficult to (self) control, is an important element that is representative of these changes.

**Keywords:** Subjectivity; internet; addiction; limits; genealogy.

## Resumen

El uso “adictivo” de las tecnologías digitales de comunicación e información se examina, en este artículo, a la luz de la noción de “malestar” presentada por Sigmund Freud en 1930. Recurriendo a la perspectiva genealógica, se considera que las transformaciones históricas ocurridas en las últimas décadas afectaron fuertemente la configuración de las subjetividades y los modos de sufrir, distanciándose de la civilización moderna que motivó las reflexiones freudianas. Los sujetos contemporáneos ya no se reconocen más como aquellos ciudadanos disciplinados de la sociedad industrial, que en nombre del “bien común” aceptaban la sumisión a una autoridad internalizada, moral y legalmente consensuada, a la cual había que obedecer reprimiendo otros impulsos. Por eso, la inquietud que suscita la creciente dependencia de la conexión a las redes informáticas, un acto individual y voluntario aunque difícil de (auto)controlar, constituye un caso ejemplar para estudiar estos importantes cambios históricos.

**Palabras clave:** Subjetividad; internet; vicio; límites; genealogía.

Submissão: 14-12-2020

Decisão editorial: 19-5-2023

Em seu célebre ensaio de 1930, *O mal-estar na civilização*, Sigmund Freud realizou uma contundente crítica à cultura ocidental e aos desassossegos por ela engendrados. O autor desenvolveu seus argumentos sem deixar de assinalar o seu caráter paradoxal, visto que a sociedade moderna parecia ser a mais bem-sucedida até então na capacidade de atingir os ideais de felicidade tão atavicamente perseguidos pela espécie humana. Após delinear essa encruzilhada, Freud apontou para a repressão que veio atrelada às necessidades do processo civilizador. Hoje, porém, diante da crescente flexibilização dessas amarras, bem como da expansão de certas formas de insatisfação que parecem tipicamente contemporâneas, cabe retomar aquele ousado diagnóstico de quase um século atrás, para examinar até que ponto ele continua válido ou em que sentido o quadro mudou.

De fato, a felicidade parece ter se tornado uma meta primordial na atualidade: tanto um direito como uma sorte de “dever”. Não por acaso, ela é propagada nos diversos discursos midiáticos: em anúncios publicitários, filmes e letras de música, campanhas e ações políticas, bem como nas telas dos onipresentes dispositivos móveis. Apesar dessa constatação, porém, outra tendência ameaça contradizê-la. Numa sociedade que defende tão enfaticamente o direito

ao bem-estar e se posiciona, pelo menos em teoria, contra qualquer tipo de obstáculo capaz de dificultar tal acesso, distúrbios psíquicos como a depressão e o pânico, bem como testemunhos sobre frustrações, ansiedades e outros sofrimentos, tornaram-se mais corriqueiros e legítimos do que nunca.

Este artigo se propõe a mergulhar nesse aparente paradoxo, contribuindo assim para pensar algumas transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Em princípio, percebe-se que as liberdades tão arduamente conquistadas não vieram sozinhas, mas acompanhadas por formas inéditas de “submissão” e angústia. Por isso, parte-se da suspeita de que estamos lidando com um novo tipo de mal-estar, para cuja elucidação dois fatores podem ser esclarecedores: o hábito de se conectar às redes informáticas e o contato com os fluxos ininterruptos do mercado. Essa problemática tão atual pode ser iluminada em diálogo e contraste com as teses freudianas, seguindo também as pistas fornecidas por outras vozes.

Ao tentar estabelecer um novo campo de saber com validade científica, que logo viria a exercer uma enorme influência nas sociedades ocidentais, Freud lançou mão de certas estratégias que podem ter impregnado com um viés totalizante e universalista as suas teorias sobre o psiquismo humano. Contudo, consideramos que pode ser proveitoso inscrever tais reflexões a respeito da “civilização” nas dinâmicas do seu tempo, pois elas contribuíram para dar corpo às angústias dos sujeitos daquela época. Sem dúvida, era o estatuto do homem moderno e as suas problemáticas existenciais que interessavam ao autor, tanto para compreendê-las como para nelas intervir, e foi mediante esse fértil insumo que nasceu a psicanálise.

“Aquilo que Freud denomina civilização corresponde na verdade ao processo de modernização do social que se realizou no Ocidente desde então”, atentou o psicanalista Joel Birman, “de maneira que a ideia de mal-estar na civilização deve ser interpretada como uma crítica da modernidade” (BIRMAN, 2016, p. 41).

Ao longo dos anos que se seguiram à publicação do texto freudiano – e, sobretudo, a partir da década de 1960 –, muitos dos mecanismos que modelavam as subjetividades modernas foram perdendo força; em boa medida, graças às conquistas obtidas pelas lutas sociopolíticas que se acirraram na segunda metade do século XX, para cujo sucesso a própria influência da psicanálise não foi menor. Alguns desses “dispositivos de poder” (FOUCAULT, 2008) que foram muito ativos em pleno auge da sociedade industrial, acabaram sendo criticados de modo tão feroz que se esgotaram, enquanto outros se adaptaram aos novos tempos ou se transformaram radicalmente. Os modos de sofrer que eram característicos daquelas formas de vida, confinadas entre as sólidas paredes das instituições disciplinares sob a rigorosa obediência às leis, também se alteraram de maneira concomitante.

Assim começaram a proliferar certos sofrimentos inéditos, típicos de uma cultura que enaltece e persegue o direito ao bem-estar em vez de protelá-lo em nome de valores considerados superiores. Além disso, também são cultuadas a autorrealização e a autoestima, a livre iniciativa individual e o espírito empreendedor, mais do que a virtude de obedecer às normas ou respeitar a hierarquia das autoridades. Em lugar de desprezar as vãs aparências e prestigiar a sabedoria da experiência acumulada, aposta-se nos efeitos positivos da imagem corporal com estilo juvenil

e na capacidade de se renovar em sintonia com os velozes vaivéns do mercado. Além disso, destaca-se o uso das tecnologias digitais de comunicação, que não apenas permitem como também estimulam a conexão permanente com inúmeros interlocutores, sacudindo as antigas barreiras entre o espaço público e o âmbito privado.

Esse amplo leque de novidades históricas tem multiplicado as possibilidades existenciais de boa parte da população mundial; entretanto, também acabou suscitando problemas de novo cunho que deflagram sofrimentos imprevistos. De que maneira esses mal-estares atuais se aproximam ou se distinguem daqueles padecidos pelos sujeitos “enjaulados” nas armaduras burocráticas e opressoras das instituições modernas? A principal balizadora das consciências contemporâneas seria ainda aquela famigerada tríade – o sentimento de culpa, a repressão das pulsões e a obediência às leis –, denunciada tanto por Freud como por outros importantes pensadores modernos, de Nietzsche (2009) até Foucault (1987)? Neste artigo, recorrendo a perspectiva genealógica, avançamos em direção à hipótese de que esse panorama tem mudado significativamente: hoje são outros os fatores mais eficazes na hora de modular as subjetividades, incluindo as maneiras de sofrer e os modos de lidar com tais aflições.

Para abordar uma problemática tão complexa no limitado espaço destas páginas, será focalizado um campo específico – embora crucial – em que esse mal-estar atual se manifesta: o uso considerado excessivo dos dispositivos móveis de comunicação e informação. Esses aparelhos, com os quais nos tornamos tão rapidamente “compatíveis” na virada do

século XX para o XXI, são sintomas de uma grande mudança histórica que compreende uma série de novas demandas, desejos, pressões e ambições, tanto no plano individual como no coletivo. Ao se generalizar e “naturalizar” o seu uso, esses artefatos ainda contribuem para alavancar certos tipos de vínculos e modos de viver, subvertendo os antigos usos do tempo e do espaço, redefinindo os prazeres que se priorizam e espalhando os mal-estares que tentaremos examinar.

### **A moral internalizada no cidadão moderno**

Os sujeitos que protagonizaram o apogeu industrial costumavam compreender a si mesmos como detentores de um âmago oculto e abstrato, no qual residia o núcleo autêntico de cada indivíduo. Isto é, a sua essência peculiar e única, que constituía o eu verdadeiro; e, portanto, possuía uma identidade relativamente fixa e estável. Por isso, naquela cultura moderna que teve seu ápice nas sociedades europeias do século XIX e boa parte do XX, era no cultivo da “vida interior” que o eu de cada um se definia, brotando em torno de um eixo localizado nas próprias profundezas. Os mergulhos metafóricos nesse magma íntimo eram estimulados pelo hábito de permanecer em silêncio e solidão, muitas vezes em companhia de um livro, exercendo um tácito – embora muito loquaz – monólogo introspectivo.

Assim, a interioridade individual dos sujeitos modernos foi se gestando como um espaço misterioso, extremamente rico e por vezes sombrio, fonte não apenas de desejos pulsantes como também de toda sorte de pensamentos, fantasias, emoções, conflitos e perturbações. Essas vivências eram tematizadas como manifestações enigmáticas provenientes

da experiência singular – vivida ou imaginada – de cada indivíduo no decorrer de toda a sua existência, acontecidas tanto naquele frondoso plano que se considerava exclusivamente “interior” como em contato com o mundo “externo”. Tudo isso integrava a essência mais verdadeira de cada sujeito, aquilo que cada um realmente *era*, e servia de objeto para uma ciência em ascensão: a psicologia. Por tal motivo, alguns autores se referem a esse tipo de sujeito como *homo psychologicus*: alguém que “aprendeu a organizar sua experiência em torno de um eixo situado no centro de sua vida interior”, de acordo com o psicanalista Benilton Bezerra (BEZERRA, 2002, p. 231).

Para que esses modos de vida frutificassem com tanto sucesso, estabeleceram-se fronteiras bem definidas entre o âmbito público e a esfera privada, um aspecto crucial da vida organizada de acordo com o *ethos* burguês. As sólidas paredes da casa que hospedava a família nuclear e a privacidade do “quarto próprio” (WOOLF, 1985), por sua vez, foram primordiais na configuração dessa subjetividade moderna. E, ainda, a devoção cotidiana aos analógicos artefatos que possibilitavam a leitura e a escrita plasmadas em papéis, tais como os romances, os folhetins, as cartas e os diários íntimos. Em contraposição ao protocolo hostil da vida pública, nessas sociedades em veloz processo de urbanização, o lar foi se convertendo no território da autenticidade: um refúgio onde o eu se sentia resguardado, um abrigo onde era permitido ser “si mesmo” (SIBILIA, 2016). Nesse peculiar cenário doméstico, desenvolvia-se a intimidade e florescia os relatos autobiográficos, todas ferramentas usadas para se tornar alguém naqueles tempos já distantes. “Sem essa zona, a vida na

sociedade moderna seria invivível", concluiu o filósofo canadense Charles Taylor (TAYLOR, 2010, p. 72).

Os densos diálogos epistolares que então se teciam, acompanhando o recolhimento na vida íntima e o cobiçado afastamento dos demais entre quatro paredes, eram também meios para tentar se proteger dos conflitos causados pelas relações humanas, num contexto em que reinava a severa "moral burguesa" e, portanto, a sua concomitante "hipocrisia" na vida pública. Escolher para si uma existência abrigada nas próprias profundezas, porém, também implicava abrir mão da vontade de obter prazeres irrestritos em favor da cautela e da evitação dos temíveis desprazeres mundanos. "A felicidade que se pode alcançar por essa via é a da quietude", alertara Freud (2010, p. 32). Essa parece ter sido a salvaguarda mais cômoda à disposição dos sujeitos modernos: o refúgio na intimidade e na interioridade, contra os perigos do mundo "exterior".

Nessa cultura irradiada pelas metrópoles europeias no século XIX e boa parte do XX, um dos valores mais cotados era o "caráter" que insuflava a interioridade de cada um, destacando a honra, a lealdade, o compromisso mútuo, a austeridade, a integridade, as obrigações cívicas e a retidão sexual. Tais preceitos atuavam em áspera harmonia sob a chancela de uma instância maior, que serviu como um importante alicerce da esfera pública: o respeito. Segundo um dos grandes defensores desse universo, o filósofo alemão Immanuel Kant, o respeito constitui o princípio da lei moral, sendo efeito da boa vontade de agir racionalmente, ou seja, desvinculado de qualquer interesse ou fim sensível. Trata-se, portanto, da responsabilidade de atuar conforme a lei ou, mais

precisamente, em reverente *respeito* a ela, seguindo os imperativos morais que ditavam o ritmo e a solidez da sociedade industrial: o dever e a disciplina.

Naquele contexto, em suma, carecia do longo prazo para que as experiências emocionais fossem elaboradas e se alinhassem com o conjunto de virtudes públicas que compunham a moral dos cidadãos. Assim, os sujeitos modernos ordenavam suas condutas domando seus desejos: com o estabelecimento de metas claras – e bastante implacáveis – a serem por todos obedecidas e que demandavam a renúncia a certas satisfações imediatas, com a criação de laços sociais que visavam à permanência, e com um prístino trabalho cotidiano sobre si. Afinal, eram necessárias tanto essa tenaz persistência como a fé no progresso para produzir um cidadão correto, isto é, um bom trabalhador e um indivíduo útil aos desígnios do projeto de mundo então vigente, conforme observou o sociólogo estadunidense Richard Sennett (1998).

Tais concepções morais foram alavancadas pela “ética protestante” que, graças a uma adaptação com sotaque “burguês” das crenças e dos valores pautados nos preceitos cristãos, alastrou-se rapidamente pelas sociedades ocidentais dando à luz ao que Max Weber batizara “espírito do capitalismo” em sua obra de 1920. “Os poderes religiosos que se faziam valer nessa *práxis* foram plasmadores decisivos do caráter de um povo”, assinalou o sociólogo alemão em sua canônica radiografia da alma burguesa (WEBER, 2002, p. 141). A “*ascese*”, ao se transferir do mosteiro medieval para a vida profissional instaurada nas sociedades democráticas, penetrou na moralidade intramundana e contribuiu para a propagação do dever e da disciplina como princípios centrais da era

industrial, exercendo pressões inéditas sobre os sujeitos que a habitavam. Entre as suas virtudes mais enaltecidas, destacavam-se a valorização do trabalho e a administração utilitária do tempo terreno, além de um valor que precisou ser abençoado com novas cerimônias em sua diferenciação do pecado da avareza: a busca pelo lucro, gradativamente permitida e legitimada até ficar quase santificada.

Esses modos tão peculiares de se constituir como sujeitos atuavam em sintonia com um conjunto de objetivos igualmente azeitados rumo à crescente modernização do mundo, algo que foi exaustivamente analisado por Michel Foucault em seu livro *Vigiar e Punir*, de 1975. O filósofo a caracterizou como uma “era disciplinar”, precisamente, em alusão a um projeto sociopolítico e econômico que visava a alimentar as engrenagens da produção fabril e produzir cidadãos capazes de dar a vida pelas suas respectivas pátrias. Para isso, foi necessário um minucioso trabalho sobre cada corpo individual e, também, sobre o conjunto das populações nacionais. Em suma, uma gigantesca tarefa orquestrada por políticas de coerções, inscritas tanto nos grandes aparelhos dos Estados como nas diversas instituições e nos pequenos gestos de seus rituais cotidianos.

Os sujeitos modernos foram então levados a interiorizar a disciplina que lhes era exigida, promovendo um obstinado autogoverno sobre seus atos. Isso os instava a renunciar a certos prazeres e a suportar o sofrimento decorrente de tal abdicção, em prol de valores considerados superiores como o bem comum, a família, a democracia, a pátria e o trabalho. A orientação das condutas individuais, por sua vez, ficava a cargo das instituições que articulavam a

sociedade, sobretudo a família, a escola e os diversos braços da medicina, por meio de dispositivos de vigilância centralizadores, como as técnicas de confissão, o exame e a observação (FOUCAULT, 1987). Assim, irradiava-se uma série de punições e gratificações normalizadoras, apoiadas no peso da lei e no prestígio da moral, que agiam em sintonia com o consenso geral para moldar os corpos e as subjetividades na direção norteada pelo projeto político em vigor. Em consonância com essa proposta de vida, os comportamentos julgados inadequados ou indecentes eram severamente repreendidos em razão da sua imoralidade, e punidos juridicamente ao se constatar a sua ilegalidade.

Através desses procedimentos de castigo, vigilância e coação moral, produzia-se no "interior" de cada sujeito uma tecnologia muito eficaz de poder sobre os corpos: a alma moderna. Essa versão laica do espírito cristão habitava o indivíduo moderno e lhe dava identidade, sendo ela tanto um efeito como um instrumento desse projeto sociopolítico que tinha como função interiorizar as regras morais, identificar-se com elas e, em consequência, balizar as ações e os comportamentos de cada cidadão. De acordo com esta perspectiva, portanto, a alma seria uma potente engrenagem construída pelos mecanismos de poder instaurados na sociedade industrial, cujo eficaz funcionamento servia de sustentáculo para uma profunda e consensual submissão aos propósitos daquele regime. "A alma, prisão do corpo", sintetizou Foucault (1987, p. 32) ao destrinchar as complexas engrenagens desse dispositivo em plena era secular.

O algoz mais cruel dessa maquinaria, portanto, não era o Estado nem o pai, tampouco as múltiplas

figuras de autoridade que comandavam as diversas instituições disciplinares. Esse papel ficava a cargo de cada cidadão ou, mais precisamente, da alma de cada sujeito nessa sociedade paradoxalmente materialista. Ou ainda, recorrendo a um conceito caro à psicanálise, do “Super-eu” de cada um (FREUD, 2010). Trata-se de uma instância tirânica que habita as entranhas misteriosas do indivíduo “civilizado” em forma de “consciência moral”. Uma das principais funções dessa entidade consiste em exercer uma rígida vigilância sobre as ações e as intenções do eu para, posteriormente, julgá-las e censurá-las com a intenção de canalizar os comportamentos no sentido adequado. Eis, portanto, a fonte vital do mal-estar moderno.

Sempre de acordo com a teoria psicanalítica, a consciência moral seria uma extensão – e uma interiorização – da autoridade externa em seu caráter mais “sádico”. Neste sentido, por exemplo, não haveria diferença entre fazer o mal e ter tido a intenção de fazê-lo, pois “ante o Super-eu nada se pode esconder, nem os pensamentos”, conforme alertara Freud (2010, p. 95). Em termos práticos, essa engrenagem moral funcionava sob a seguinte motriz: os indivíduos modernos identificavam-se com os códigos culturais em voga, acreditavam que eles faziam parte de seus princípios e, portanto, angustiavam-se com os próprios desejos que se desviavam dessas normas. Sentiam-se, então, culpados por não ser como deveriam, temendo a punição ao caírem nas diversas categorias da anormalidade (VAZ, 2016), cristalizadas pelas classificações culturalmente instituídas de certo ou errado, normal ou patológico.

Assim, nessa cultura da culpa triunfante, o sofrimento era interpretado como um castigo com boas

doses de legitimidade, já que costumava derivar de alguma imoralidade cometida pelo indivíduo culpado. Algo comparável a um pecado, porém em sua versão convenientemente laica e secularizada, com o lugar da divindade onipresente deslocado para o cerne moral de cada um. Mesmo levando em conta as muitas críticas e transgressões que sem dúvida se sucederam, esse complexo maquinário de domesticação dos corpos e das almas modernas vigorou com bastante êxito – e de modo consensual – durante os últimos séculos, apoiado nas ferramentas inventadas para servir àquelas subjetividades “civilizadas” e a tal projeto de mundo implementado em escala planetária.

Agora, porém, encerrando a segunda década do século XXI e em pleno processo de globalização pós-industrial, parece inegável que essa parafernália já não detém toda a eficácia que ostentava algumas décadas atrás. As revoltas libertárias ocorridas nas décadas de 1960 e 70 contribuíram para que ocorressem fortes rearranjos na moralidade vigente e nos mecanismos de poder, que a partir de então entraram em crise. Naquele momento histórico, os jovens se mobilizaram em vários países da Europa e da América para protestar contra um “sistema” considerado opressor e autoritário, sobretudo porque visava à padronização dos comportamentos e à repressão dos desejos individuais. Os protestos se estenderam ainda “contra o instrumental e a favor de vidas devotadas a coisas de valor intrínseco; contra o privilégio e pela igualdade; contra a repressão do corpo pela razão e a favor da plenitude da sensualidade”, segundo Charles Taylor (TAYLOR, 2010, p. 558).

Após essas metamorfoses que atingiram o coração do projeto moderno, tanto os investimentos como

as sanções corporais se redefiniram nas sociedades ocidentais. O dócil soterramento das pulsões interditas foi perdendo sentido, assim como a cotidiana fabricação de culpas envoltas em antiquados pudores. As regras do jogo mudaram, os mais diversos espartilhos arderam em praça pública, várias grades caíram e decretou-se a ilegitimidade de qualquer proibição. Como detectara o próprio Foucault (2008) numa entrevista de 1975, o poder deixou de agir prioritariamente sob a forma de um “controle-repressão” – conforme ocorria nos meticulosos regimes disciplinares – para dar lugar a um ambíguo “controle-estimulação”, que desde então não deixou de se intensificar exponencialmente até os dias de hoje.

As redes de poder começaram a lidar com os corpos e as subjetividades usando estratégias menos rígidas ou nitidamente violentas, optando por táticas mais sutis e “tênuas”, embora cada vez mais ardilosas e difíceis de serem dribladas ou até mesmo identificadas. Além disso, desenvolveu-se uma aparelhagem informática extremamente sofisticada, ubíqua e sedutora, que aos poucos terminou abarcando toda a tessitura social em suas flexíveis e flutuantes malhas sem deixar praticamente nada fora “de controle”. Essa mutação foi detectada e explanada pelo filósofo francês Gilles Deleuze em seu texto de 1990 justamente intitulado “*Post-scriptum sobre as sociedades de controle*” (DELEUZE, 1992).

Por fim, tendo se flexibilizado a obediência tácita às normas e às hierarquias, bem como o respeito e o temor à autoridade internalizada no cerne da própria subjetividade, constata-se que não foram desativados todos os motivos de sofrimento. Hoje afloram frustrações imprevistas, que não decorrem da velha neces-

sidade de se reprimir nem da insidiosa internalização da culpa. Numa sociedade que deixou para trás as rudes táticas disciplinares, emolduradas nos pacatos tabus da ética protestante e da famigerada hipocrisia atrelada à moral burguesa, o mal-estar se alastra assumindo formas desafiantes. Esses sofrimentos já não surgem dos antigos limites associados à lei que tutelava os cidadãos modernos e lhes exigia o cumprimento de pesados deveres; em vez disso (ou além disso), são outras as insatisfações que proliferam. De modo perturbador, esses mal-estares costumam derivar de algo que se assume como uma conquista com relação ao ideal normalizador e opressor da sociedade moderna: as possibilidades virtualmente infinitas que se oferecem aos consumidores contemporâneos.

## **A capitalização do desejo e os estímulos constantes**

Após as críticas afiadas e as inúmeras reviravoltas ocorridas durante as décadas de 1960 e 70, o capitalismo foi colocado na berlinda e precisou se reinventar. A resposta não demorou: com sua sede de dominação contínua e sua tentativa de inclusão sem precedentes, o neoliberalismo que então emergira conseguiu capturar até mesmo os impulsos desejantes desses sujeitos rebeldes, graças aos sedutores tentáculos do consumismo e as reverberações da “sociedade do espetáculo” que ainda continuam a frutificar (DEBORD, 1997). O quadro se complicou enormemente, visto que tais forças “desejantes” tinham sido concebidas, poucas décadas atrás – por autores como Deleuze e Guattari (1992), por exemplo – como armas libertárias capazes de lutar contra os dispositivos coercitivos da sociedade moderna.

Até já avançados os anos 1970, de fato, o desejo se considerava uma potência asfíxiada que – no melhor dos casos – era projetada para fora dos âmbitos de repressão pelos interstícios que o próprio sistema porventura deixava entreabertos. Assim, esse impulso vital podia desatar certas forças diferenciadas da lógica do capital na sua era industrial, ainda que posteriormente pudessem resultar em arrependimentos associados à culpa. Mas essa dinâmica tem mudado significativamente: a racionalidade instrumental – ligada à tecnociência e ao mercado – atravessou todos os corpos e as subjetividades, embora seus formatos aparentem ser menos rígidos, tendo se afastado do ideal normalizador que a norteava ao longo do século XIX e boa parte do XX. Assim, renovada, a dinâmica própria do capital acabou açambarcando de modos inéditos tanto os comportamentos como as expectativas e as motivações individuais.

O novo regime de poder que foi se configurando nas últimas décadas, portanto, abocanhou não apenas os desejos, mas também uma crescente profusão de gestos de resistência e invenções libertárias. Colocou todos esses aspectos da existência para render e dar lucro, estimulando qualidades antes consideradas perigosas como a criatividade, a autonomia, a originalidade, a autenticidade e até mesmo a orgulhosa «anormalidade», que foram se transformando em curiosos “deveres” por vezes tirânicos a serviço dos mais diversos mercados. “Fora da empresa econômica, fora do trabalho produtivo, fora do *business*, parece não haver mais nenhum desejo, nenhuma vitalidade”, sintetizou Franco Berardi (2005, p. 35) no início do século XXI. Assim, o “espírito empresarial” penetrou em todas as instituições, inclusive no subs-

trato molecular das subjetividades, capitalizando as energias vitais de modo cada vez mais naturalizado.

Já o dever e a obediência, que souberam organizar as sociedades modernas com bastante eficiência até meados do século XX, pautando-se no respeito à lei e nos preceitos do poder disciplinar, foram perdendo a sua legitimidade enquanto balizadores das condutas individuais. Em seu lugar, entrou em cena algo que parece ser o seu oposto: o tentador estímulo à realização incessante dos próprios desejos. Embora agitando a bandeira da “livre escolha” individual, os desejos são atizados por usinas poderosas como a mídia, o mercado e a tecnociência. Articuladas numa aliança frenética que se intensificou a partir da década de 1990, essas instâncias se infiltraram na vida cotidiana para informar constantemente tudo aquilo que cada um poderia ser mas não é, ou *ter* mas (ainda) não têm.

É precisamente a essa mudança de lógica que Foucault (2008) aludira na mencionada entrevista de 1975, ao detectar os inícios de um deslocamento do regime de poder que operava por «controle-repressão» para outra modalidade bem mais ambígua – e também mais eficaz – que funciona por “controle-estimulação”. Trata-se de uma crescente incitação ao gozo irrestrito e à expansão das potências supostamente ilimitadas de qualquer um, que – até mesmo quando não está comprando bens ou serviços – se identifica mais com a figura do consumidor que com a do cidadão. Esse novo regime de vida precisava se apoiar em tecnologias mais ubíquas e “amigáveis”, como os dispositivos digitais que eclodiram na virada do século XX para o XXI. Em sua base reside um capitalismo dinâmico e extremamente voraz, carac-

terizado pelo excesso de produção e pela circulação vertiginosa de seja lá o que for, bem como pela interconexão em redes globais de comunicação e informação que mantém os clientes sempre ligados e em permanente disposição para todos os consumos.

À diferença do que acontecia com os cidadãos modernos, que eram levados a ambicionar o alcance e a manutenção de uma certa “normalidade” tanto na esfera pública como na privada, as demandas atuais instauram pressões inéditas que não têm a forma da obrigação ou da lei, mas dos desejos desafortados e impossíveis de satisfazer. “Estar mais do que bem”, por exemplo, tornou-se uma meta não apenas almejável, mas que também se apresenta como atingível, sob um horizonte de possibilidades que transborda a uniformidade do “normal” para promover a capacidade de se aperfeiçoar (e gozar) de modo constante e infinito. Nessa promessa de “otimização” que abrange todos os aspectos de cada existência individual, supõe-se que até mesmo as duras limitações do corpo biológico poderiam e deveriam ser ultrapassadas, investindo dinheiro e esforços para evitar tanto as doenças como o envelhecimento e a morte (SIBILIA, 2015).

Afinal, se tudo é possível, se tudo podemos e merecemos – conforme oferta despidoradamente o discurso publicitário que se naturalizou, irradiando por toda parte seus contraditórios estímulos – por que não tudo querer e, portanto, até mesmo exigir? Na busca por conseguir tais proezas, também tem se generalizado o “culto à performance” (JORGE, 2020), com toda sorte de investimentos que se realizam por “livre” iniciativa e se destinam a otimizar-se em todos os aspectos da vida. Com a decorrente frustração

que implica não atingir os altos parâmetros usualmente pretendidos, e a estigmatização daqueles que são desqualificados como fracassados quando suas falhas se tornam públicas.

Os mal-estares que proliferam na atualidade, portanto, deveriam ser observados como sintomas desses novos desajustes e como efeitos das transformações históricas antes evocadas. Trata-se de tipos peculiares de angústia, que se intensificam de modo paradoxal numa sociedade supostamente voltada para o bem-estar, entendido como a busca do prazer individual e de uma felicidade decorrente da merecida autorrealização. Por isso, esses sofrimentos bem atuais só podem se articular em torno a outras forças hoje vigentes, bastante distintas daquelas que marcaram a sangue e fogo a tumultuada subjetividade moderna e que motivaram a criação do conceito freudiano de "mal-estar na civilização".

Acontece que tais deslocamentos não tiveram apenas como decorrência a libertação das submissões de outrora, mas também acabaram gerando novas amarras e inéditos modos de sofrer. Para lidar com essas insatisfações tipicamente contemporâneas, apresentam-se soluções que não são apenas apaziguadoras, mas também contribuem para intensificar o problema. É assim como funciona a dinâmica do estímulo que veio substituir a repressão: os mesmos aparatos que servem para a propagação dos mal-estares são ofertados como estratégias para a sua remediação e para a obtenção de mais prazeres, numa constante (e lucrativa) retroalimentação. Contudo, os sujeitos do século XXI se deixam atrair por esse leque de "soluções" que não cessam de se renovar, tais como as diversas opções de consumo, as drogas (i)

lícitas, os medicamentos e outros produtos potencialmente “tóxicos” (ROLNIK, 1997). Embora esse entorpecimento possa provocar certa sensação imediata de euforia, ele costuma ser também fonte de novos problemas: o vício de tudo querer e o descontrole de quase nada poder.

Entre esses dispositivos “mágicos” que os mercados contemporâneos exalam com tanto sucesso, destacam-se aqueles que constituem o foco deste artigo: as tecnologias digitais de comunicação e informação. Sobretudo em sua versão portátil e móvel, emblematizada pelos “telefones inteligentes” que possuem câmeras, telas e conexão constante às redes. Eles atendem aos ávidos desejos de se espetacularizar para obter visibilidade e repercussão, além de propiciar a ilusão de estar sempre na aduladora companhia de uma multidão de “amigos” ou “seguidores”. Entretanto, apesar de ser muito sedutor e já extremamente popularizado, o hábito da conexão também se tornou extenuante. Um dos motivos é a sua total falta de limites no que se refere aos usos do tempo e do espaço, já que eles funcionam – e nos fazem funcionar – em todo momento e em qualquer lugar.

Nesse sentido, contrariamente ao que ocorria com as paredes das “instituições de confinamento” (FOUCAULT, 2008) tipicamente disciplinares – da escola até a fábrica e a prisão, passando pelo cinema, o museu, o lar e até mesmo o consultório psicanalítico –, demarcadas por sólidas paredes que recortavam claramente o tempo e o espaço, cabe frisar que as redes desconhecem todo e qualquer limite (SIBILIA, 2012). Este não parece ser um detalhe menor, visto que ao nos “compatibilizarmos” tão velozmente com as ainda novas tecnologias digitais e, em consequên-

cia, perdermos a antiga “compatibilidade” com as ferramentas analógicas que as precederam historicamente, adotaram-se também certos hábitos e modos de viver que tais dispositivos supõem, propõem e estimulam. Assim como a parede era um dispositivo crucial para instaurar limites, confinar e reprimir excentricidades, a rede é a ferramenta mais adequada para propalar a estimulação ilimitada que hoje vigora.

Por isso não surpreende que muitos dos mal-estares atuais se refiram justamente a uma crescente incapacidade de lidar com essa falta de limites que caracteriza os modos de vida contemporâneos. Se queremos tudo é porque supostamente podemos e merecemos tudo; e, portanto, deveríamos tudo querer e poder. Assim, em vez de termos que aprender a lidar com limites sólidos demais, como ocorria com a principal fonte do mal-estar – recalcada – dos sujeitos disciplinados e enjaulados da era moderna, agora a problemática mudou. Já não sofremos mais prioritariamente por estarmos governados pelo *dever* e, em decorrência disso, faz-se necessário soterrar o *querer*, colocando esse conflito no centro do drama humano. O mal-estar contemporâneo parece diretamente ligado a essa dificuldade que implica se autogovernar numa cultura que preza pelo prazer ilimitado. Nesse sentido, o fenômeno crescentemente tematizado como “vício da conexão” parece ilustrar esse paradoxo.

Antes de continuar por essa trilha, porém, cabe lembrar uma curiosidade com interessantes ressonâncias. Os avanços tecnológicos foram caracterizados por Freud, já em 1930, como um dos principais fatores de decepção do homem civilizado. Embora tenha havido claros progressos e conquistas graças à experimentação e aos investimentos da tecnologia,

a então recém-conquistada disposição de espaço-tempo e o poder inédito sobre a natureza não levaram os sujeitos da época a atingir maiores estados de satisfação, tampouco os deixou mais felizes. Em vez disso, segundo as palavras de Freud, proporcionou-lhes apenas um conjunto de “prazeres baratos”, que acabaram por criar renovados problemas, inclusive mais complexo do que os precedentes: “Não havendo estradas de ferro para vencer distâncias, o filho jamais deixaria a cidade natal, não seria necessário o telefone para ouvir-lhe a voz”, exemplificou o autor (FREUD, 2010, p. 46).

### **Agruras da servidão consumista**

No trânsito da segunda para a terceira década do século XXI, encontramos num curioso quadro de “servidão” cada vez mais “voluntária”, retomando a expressão de Étienne La Boétie em seu livro *Discurso da servidão voluntária*, publicado em 1576. Embora o capitalismo contemporâneo não busque mais a obediência dos cidadãos às leis da normalidade com suas fronteiras bem estabelecidas, o sonho da liberdade individual voltou a cair numa nova armadilha. O que agora se estimula é uma sorte de dependência, tanto física como psicológica, com relação aos mais diversos estímulos e “prazeres baratos” (ou muito caros) que são infatigavelmente renovados. Nesse jogo infinito, a satisfação é um alvo sempre procurado mas impossível de atingir, enquanto o autocontrole se torna outra ilusão a ser perseguida.

Tudo isso se vê tanto exemplificado como intensificado pelo uso de dispositivos de conexão em rede. Cada vez mais, as estratégias para conquistar usuários recorrem à antecipação dos desejos de

consumo. As ofertas de entretenimento online, por exemplo, são monitoradas por algoritmos capazes de direcionar as ações e criar renovadas demandas. Segundo Jonathan Crary (2014, p. 43), isso se reflete numa “aspereza ininterrupta de estímulo monótono, no qual uma ampla gama de capacidades receptivas é congelada ou neutralizada”. Esse autor também chama a atenção para os efeitos subordinadores – e bastante paradoxais – dessas estratégias que tendem a ser livremente adotadas: “escolhemos fazer o que nos mandam fazer, permitimos que nossos corpos sejam administrados, que nossas ideias, nosso entretenimento e todas as nossas necessidades imaginárias sejam impostos de fora” (CRARY, 2014, p. 68).

Não por acaso, cada vez mais se usa o termo “vício” para se referir à complexa relação que se gera com os dispositivos em foco. O que provoca mal-estar é a dificuldade de diminuir a quantidade de tempo gasto online, como uma estratégia individual e voluntária que costuma falhar. Longe de ser uma atividade proibida, por imoral ou ilegal, a conexão é incitada na sociedade contemporânea. No entanto, constata-se que seu uso “excessivo” acaba prejudicando algumas áreas da vida, afetando inclusive a boa performance ao diminuir a própria produtividade. Contudo, diante do desprestígio da lei e do dever, e considerando a perda de sentido de se autolimitar como uma atitude valiosa, que se adotaria em nome de algum valor considerado superior, o mal-estar provém de outra fonte. Uma instância tão diferente dos rigores do Super-eu, que quase parece o seu contrário. Em vez de ser causado pelos limites morais autocensurados, agora o drama provém da falta de limites e da incapacidade de se autolimitar.

As tecnologias de comunicação e informação, de fato, parecem estar ocupando um lugar antes relegado às substâncias psicotrópicas, seguindo o mesmo princípio da dependência psicofísica (JORGE, 2019). Não é raro que se desenvolva uma devoção cotidiana aos pequenos estímulos emitidos pelos aparelhos digitais, em busca de um prazer compreendido como fruto de uma vontade individual e “livre”, que no entanto necessita de doses cada vez mais elevadas para tentar atingir o efeito almejado. Cabe aludir aqui à ressalva que o próprio Freud dedicou aos entorpecentes, em sua tentativa de aliviar os sintomas do mal-estar da civilização. Quase um século atrás, ele observou que os narcóticos, como as drogas e o álcool, tinham certa capacidade de “afastar-tristeza” e “quebrar preocupações”, permitindo subtrair à pressão da realidade e obter ganhos imediatos de prazer. Contudo, a sua eficiência é sempre moderada e, ainda, promovem o desperdício de uma imensa quantidade de energia que poderia ser investida na “melhoria da sorte humana” (FREUD, 2010, p. 34). Se antes o “vício” era mera evasão de uma trilha considerada certa, porém, agora se confunde com o próprio labirinto.

Estaríamos abandonando, portanto, aquele mal-estar ancorado na proibição e na obediência a normas e leis, representado pela figura do cidadão e pela autoridade do Super-Eu. O mal-estar da atualidade brota das tentações excessivamente subordinadas dos próprios desejos; isto é, do “princípio de prazer”, segundo a concepção freudiana. O papel do capitalismo contemporâneo nessa redefinição é fundamental, bem como o das tecnologias de comunicação em rede. O mal-estar da conexão se projeta

sobretudo na figura do consumidor acelerado, disperso e ansioso, cujo engajamento e a consequente "servidão voluntária" se dão, sobretudo, através da saturação dos estímulos imagéticos, sensoriais e cognitivos. Apesar das reluzentes ofertas mercadológicas, o que de fato acabam fornecendo é um emaranhado de experiências muitas vezes empobrecidas e relações superficiais, que são efeito de recompensas monótonas e comportamentos viciados ou pouco refletidos. Cabe ressaltar, mais uma vez, que tudo isso ocorre por "livre escolha", numa ânsia por prazer – e uma repulsa por qualquer tipo de repressão – que tem se legitimado moralmente nas últimas décadas.

A título de ilustração, a pesquisadora Gloria Mark, da Universidade da Califórnia Irvine, comparou a tendência compulsiva de checar e-mail ou redes sociais com o uso das máquinas caça-níqueis. Olha-se o celular em busca de obter gratificação. Cria-se uma expectativa de obtê-la, que faz com que se repita obstinadamente o mesmo gesto. Assim, um usuário médio confere o aparelho entre 80 e 110 vezes por dia; e, ao trabalhar no computador, muda-se de tela – e de foco de atenção – a cada 47 segundos. A pesquisa revelou também que os profissionais mais inclinados à multitarefa – uma das qualidades, aliás, mais prezadas das subjetividades contemporâneas – mostraram-se ainda mais propensos à dispersão. A dificuldade de conseguir concentração também foi constatada naqueles que dormiam poucas horas ou tinham uma má qualidade de sono, algo que também se tornou habitual nos modos de vida contemporâneos (ELOLA, 2017).

Percebe-se, portanto, que apesar da insistente promessa de acesso ao gozo ilimitado, os limites de-

masiadamente humanos teimam em se fazer notar. De acordo com o já citado Berardi (2005), podemos aumentar o período de exposição dos organismos humanos às informações, provenientes dos aparelhos digitais, ou mesmo acelerar o tempo de reação aos estímulos midiáticos. Entretanto, a experiência não pode ser intensificada indefinidamente. Isso faz com que a sua aceleração provoque uma redução da própria consciência de estímulo junto à perda de sensibilidade e de percepção. Por isso, o desafio é imenso nas novas circunstâncias: quando não se realizam as operações capazes de sedimentar cada experiência, suspendendo a multiplicação desenfreada dos fluxos informáticos e consumistas, quando não se dá lugar ao pensamento capaz de produzir algum sentido, resta apenas um excesso de estimulação que costuma girar no vazio e se afogar no tédio (SIBILIA, 2012).

Um exemplo bastante sintomático desses fenômenos é dado pelos resultados de uma pesquisa realizada em 2016 pela empresa Deloitte para mapear hábitos de consumo de tecnologias móveis em 31 países (GAZETA DO POVO, 2016). Cerca de 37% dos entrevistados admitiram acordar de madrugada para conferir mensagens no celular, enquanto 28% disseram que inclusive respondem as notificações durante a insônia. No Brasil, um terço declarou interromper o sono para interagir com o aparelho. Por isso, não surpreende que o tempo de descanso e de recolhimento estejam ameaçados, assim como os sentidos modernos atribuídos às noções de privacidade, espaço protegido e intimidade. Enquanto a vida humana tenta se adaptar para acompanhar os fluxos contínuos do mercado e da informação, seu funcionamen-

to se torna ininterrupto. Estamos disponíveis a qualquer hora do dia ou da noite para alimentar a circulação global de dados, jamais abandonando esse estado de alerta e prontidão. Já não parece mais possível se desligar totalmente para se concentrar em outras coisas, nem adentrar num estado real de repouso (CRARY, 2014).

Retomando o léxico dos narcóticos, outro estudo desenvolvido pela Universidade de Chicago em 2016 chegou à seguinte conclusão, após a supervisão da rotina de 250 jovens estadunidenses: “redes sociais viciam mais que sexo e cigarro” (CASTRO, 2016). Já de acordo com o trabalho de cientistas da Universidade de Virgínia, também nos Estados Unidos, e da Universidade de Columbia Britânia, no Canadá, uma em cada dez pessoas passou a atender os sinais de mensagens ou avisos de chamadas até mesmo durante o ato sexual. A mesma pesquisa ainda concluiu que 95% da população mundial checa os *smartphones* durante encontros sociais e 70% interrompem as atividades do trabalho para interagir nos dispositivos. De fato, as tecnologias *wireless*, que se popularizaram na última década junto com os dispositivos portáteis, “aniquilam a singularidade dos lugares e dos acontecimentos”, conforme elucidara Crary (2014, p. 40), desafiando todas as restrições espaciais para propiciar a conexão infinita, embora promovendo um “isolamento digital fantasmagórico” (CRARY, 2014, p. 40).

Graças ao acervo irrestrito de informações acessíveis em todo momento e em qualquer lugar – que constantemente somem ou se renovam – é inevitável suspeitar que sempre haverá algo mais interessante ou divertido por ver. Mas a decepção também está garantida, assim como a ansiedade, o cansaço e o

tédio. Fica claro, contudo, que se trata de um mal-estar de novo cunho e bastante sintomático das novas subjetividades, bem distantes daquelas que sofriam pelo aprisionamento moral e pela coerção dos rígidos confinamentos disciplinares. Naqueles espaços fechados, o conflito crescia e se abafava enfrentando a vigilância, a proibição e a punição. A angústia de então era efeito de uma interioridade tão asfxiada como asfxiante, submissa ao rigor das normas impostas pela civilização, desejosa, porém incapaz de expressar-se de modo autônomo e libertador.

Hoje, ao contrário, sofre-se por outros motivos: por saturação e por dispersão, mais hiperestimulados e entediados que enjaulados, oprimidos ou reprimidos, como sugeriram os argentinos Cristina Corea e Ignacio Lewkowicz em seu livro de 2005, *Pedagogía del aburrido*. Pode soar paradoxal, mas essa busca incessante por diversão e prazer desemboca numa insatisfação viciante que, por definição, é impossível de saciar. Essa é justamente a lógica do consumo, que precisa atizar e capitalizar os desejos individuais sem jamais satisfazê-los, assim como a produção requer disciplina, obediência e respeito pelo dever. Por isso, mesmo sendo evidente que a frustração está garantida e embora não haja obrigação alguma no que se refere ao uso dos aparelhos interconectados, também parece impossível abandonar a tarefa: eis a curiosa dependência voluntária dos consumidores – liberados e desobedientes – do século XXI.

## Referências

BERARDI, F. **A fábrica da infelicidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BEZERRA, B. "O ocaso da interioridade e suas repercussões sobre a clínica". In: PLASTINO, C. A. (org.). **Transgressões**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

- BIRMAN, J. **O mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- COREA, C; LEWKOWICZ, I. **Pedagogía del aburrido**. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- CRARY, J. **24/7**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- ELOLA, J. Smartphone, uma arma de distração em massa. **El País**, 25 jun. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/23/tecnologia/1498217993\\_075316.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/23/tecnologia/1498217993_075316.html). Acesso em 11 ago. 2022.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- JORGE, M. F. **Desempenho tarja preta**. Niterói: Eduff, 2020.
- JORGE, M. F. **A droga da conexão**. Niterói. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2019. 162 p.
- KANT, I. **Sobre a pedagogia**. São Paulo: Unimep, 1999.
- LA BOÉTIE, É. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Martin Claret, 1576.
- NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- ROLNIK, S. "Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização". In: **Cultura e subjetividade: Saberes Nômades**. Lins, D. (org.). Campinas: Papirus, 1997.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- SIBILIA, P. **O show do eu**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

TAYLOR, C. **Uma era secular**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

VAZ, P. O processo de normalização. In: RODRIGUES, H.B.C *et al.* (org.). **Michel Foucault e os saberes do homem**. Curitiba: Prismas, 2016.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.